



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE MULHERES QUILOMBOLAS EM CONCÓRDIA DO PARÁ: AÇÕES DE RESISTÊNCIA

Antonia Lenilma Meneses de Andrade

Universidade Federal do Pará- Grupo de pesquisa História em Campo

antoniaufpa16@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a construção do Movimento de Mulheres Quilombolas do Nordeste Paraense, especificamente do município de Concórdia do Pará, segundo maior polo de plantação de dendê (A expansão desta agroindústria tem implicado diretamente na emergência de conflitos com os territórios quilombolas na região). Teremos como foco central de análise a atuação das mulheres no Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade (MMTCC). O movimento, constituído desde 1970, atua diretamente nas ações de organização das mulheres para se sindicalizarem na busca igualdade de direitos de participação nas associações e na luta pela regularização coletiva das terras quilombolas. Em particular daremos atenção para a atuação de mulheres negras no MMTCC, cuja presença alicerçou a constituição de uma identidade coletiva de gênero e resultou na formação de mulheres como lideranças. Como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a História Oral, visando à valorização da oralidade presente nos movimentos. Para tal, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e abertas. Além disso, foi feito uso da observação etnográfica, através de trabalho de campo, e análise de documentos escritos. Fontes imagéticas e impressas também foram privilegiadas visando ampliar as possibilidades de compreender as ações dos sujeitos investigados.

Palavras Chaves: Mulheres, Quilombola, Movimento Social, Ruralidade.

Introdução

No âmbito das transformações políticas, da década de 1980, nasceram movimentos de Mulheres Trabalhadoras rurais em vários lugares do país. Segundo Cintrão (2006), as questões principais levantadas pelas agricultoras diziam respeito ao reconhecimento da profissão de agricultora; a não associação com a condição de doméstica; a luta pelo direito a saúde da mulher; o direito à sindicalização; ao salário maternidade e a aposentadoria.

As primeiras organizações específicas de mulheres surgem no Nordeste e Sul do País, no início dos anos 1980. Refere-se a grupos formados somente por mulheres, que sentiram a necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com interesses comuns. Composto, frequentemente, por mulheres membras dos sindicatos filiados à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) ou à CUT (Central única de Trabalhadores), por meio de encontros, congressos e passeatas, as mulheres mobilizadas se expressaram, ganharam visibilidade e se



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

consolidaram com a Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, do Nordeste e do Rio Grande do Sul, movimentos que se mantiveram independentes, embora próximos do movimento sindical de trabalhadoras rurais (CINTRÃO, 2006).

Os movimentos sociais de mulheres rurais cresceram em grupos organizados. De acordo com Sales (2007) essas novas demandas surgem a partir de identidades e questões específicas, em geral vinculadas a outros movimentos sociais, como o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, o Movimento de Mulheres Pescadoras, a Secretaria da mulher Trabalhadora Rural Extrativista (do Conselho Nacional de Seringueiros), a organização das Mulheres Quilombolas, das Quebradeiras de coco babaçu.

A atuação assumiu várias formas ao longo da história dos movimentos de mulheres rurais, de acordo com o contexto e as dinâmicas sociopolíticas e econômicas com as quais se depararam, evidenciando diferentes configurações e tendências assumidas por eles ao longo da sua história, das quais derivaram diferentes formas organizadas de ação coletiva, envolvendo ocupações, pressões, negociações e alianças (AGUIAR, 2015). Nesse processo, as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se armando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re) inventar formas de fazer política.

Dessa forma, neste artigo pretendemos refletir sobre a construção do Movimento de Mulheres rurais Quilombolas do Nordeste Paraense, especificamente de Concórdia do Pará¹, sua organização, formação e atuação como movimento de mulheres, buscando esboçar aspectos que permitam compreender porque e em que momento as mulheres passaram a se organizar em movimento.

Como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a História Oral, visando à valorização da oralidade presente nos movimentos. Para tal, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e abertas. Além disso, foi feito uso da observação etnográfica, através de trabalho de campo, e análise de documentos escritos. Fontes imagéticas e impressas também foram privilegiadas visando ampliar as possibilidades de compreender as ações dos sujeitos investigados.

Mulheres rurais em movimento

“Os peixinhos correm atrás do peixão, foi fruto da organização. Antes era só devoração, porque cada um

¹ Concórdia do Pará, que está localizado na microrregião de Tomé-açu, na mesorregião Nordeste paraense, a 150 km de Belém do Pará. Limita-se ao norte com município de Bujaru; a leste com o município de São Domingos do Capim; ao sul com o município de Tomé-açu; oeste com Acará. (PARÁ, 2007). O município possui 29.422 habitantes em uma área de 690,94 km (IBGE 2010). Tem como vias de acesso a BR 316, PA 140 PA 252. Neste município esta localizada o segundo maior polo de plantação de dendê da região Norte. Plantações estas que afetam diretamente a relação das comunidades quilombolas com o território. Segundo Santana 2010, nesse município diferentes tipos de regularização fundiária, uma feita pelo INCRA como projetos de assentamento e a outra como terras quilombolas.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pensava em si. Os peixinhos tomaram consciência de Classe e se organizaram. Deixaram de confiar no grande, e confiaram um no outro (...). Precisamos ter confiança em nós, como os peixinhos. Viva! Viva! A mulher dessa nação que vem trazendo no sangue a semente da revolução”²

O Movimento de Mulheres nasce da necessidade de participação na vida social e política do Município de Bujaru e Concórdia do Pará. Naquele momento, os municípios passava uma situação alarmante de crise no âmbito da saúde, educação, saneamento, segurança, baixos salários, falta de incentivo à agricultura, alto índice de violência doméstica, ausência de participação de mulheres nas tomadas de decisão e desemprego,³ mesmo algumas mulheres já participando de alguma organização social, como a CEBS ou sindicatos, havia a necessidade de uma organização que fosse somente de mulheres, como descrito no relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT). *“Mas para conseguir isso, era preciso abrir os olhos, tomar consciência conquistar voz e vez até mesmo com relação ao marido”*⁴.

Nessas cidades, embora as mulheres já fizessem parte de algumas organizações, as decisões eram sempre tomadas à revelia de suas opiniões, as questões eram fechadas a categoria

na qual estivessem filiadas. A autoridade do marido havia de ser respeitada, muitas vezes não era permitido que fossem as reuniões sindicais. No espaço rural, a situação era ainda mais delicada que na cidade⁵. A maioria trabalhava na roça junto ao marido, cuidavam dos filhos, muitas sofriam violências domésticas, eram semianalfabetas e o pouco acesso que tinham a informações era através dos clubes de mães. As mulheres estavam nos espaços políticos, mas sempre atuando nos bastidores, na organização dos espaços de reuniões, cozinhado, limpando, ou seja, nos espaços que impossibilitava a efetiva participação nas decisões dos sindicatos, movimento social e partidos políticos (CPT, 1967).

Para fugir dessa situação de invisibilidade e criar possibilidades de enfrentamento as situações pelas quais passavam, em 1968, na comunidade rural do Campo Verde, (atualmente território quilombola pertencente à Concórdia do Pará) foi instituído o Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade (MMTCC), primeiramente apoiada pela paróquia de São Joaquim em Bujaru, depois apoiada pela CPT⁶, como podemos ver na narrativa da freira Rosa Figueiredo.

² Cartilha de formação do movimento do MMTCC, 1990. Arquivo da CPT/Guajarina.

³Relatório da CPT/Guajarina em 1967.

⁴Entrevista com Jerônima, agosto de 2015.

⁵ Relatório da CPT/Guajarina em 1967.

⁶ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um organismo de Igreja, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi criada em Goiânia, em julho de 1975, por um grupo de bispos, padres e leigos, com o objetivo central de "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais". http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/pastoral_da_terra.html Acesso agosto de 2015.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Os homens participavam dos Sindicatos, já tínhamos um trabalho com os jovens, clubes de mães em quase toda comunidade, então, era necessário fazer um trabalho mais político com as mulheres, já havia pressão de organismos internacionais para que isso acontecesse. No triênio que iniciou em 1970, nós tínhamos a meta, como linha de ação organizar as mulheres da região, criar um movimento que as reunisse, mas não podia ser homem a organizar. Então ia começa? E foram a Jerônima, Gaída Silva que tomaram a frente, e foram muito importantes no processo de organização do Movimento. Foi feito uma espécie de proposta de desenho da criação do movimento. Foi identificado e mobilizado mulheres da região que tinham uma consciência crítica mais aprofundada. Reunimos com elas e começamos a discussão para formar uma coordenação provisória. A CPT, não atava só no Bujaru. Era no Acará, Mojú, Abaetetuba, Tailândia, Concórdia só depois⁷.

Foi com o apoio, principalmente, de agentes pastorais, padres e bispos ligados à Teologia da Libertação que se iniciou o processo de “oposições sindicais”, ou seja, a participação de mulheres “portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo” (MEDEIROS, 2001, p. 106). Articulando-se entre si e a novas redes, as “oposições”, que se constituíram no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, alinharam-se ao chamado “novo

sindicalismo”, expressão que de acordo com Favareto (2006, Apud AGUIAR, 2015), serviu para nomear o “vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados”. Historicamente, se observa que os movimentos sociais têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade considerando que apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão e mobilização, não são apenas reativos, movidos somente por necessidades imediatas (GOHN, 2010).

As ações do MMTCC propiciaram as mulheres à possibilidade de inserção em espaços coletivos não institucionalizados, gerando transformações na vida pessoal das militantes. As ações decorrentes da organização do MMTCC balizam interesses de rupturas com antigas formas de atuação e a construção de novas identidades e projetos, para esses grupos específicos.

As mulheres MMTCC, foram encorajadas a se posicionar utilizar um discurso de igualdade de gênero e de oportunidades, despertaram para um novo tipo de ação política, questionando o *status* subordinação nas relações de gênero, seja em casa, no trabalho, dentro da igreja e no interior dos sindicatos, nos quais participavam. A narrativa de Antonina Borges é

⁷ Entrevista com Irmã Rosa Figueiredo- coordenadora atual da CPT/Guajarina, 2015.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

demonstrativa nesse sentido: *“O movimento nasceu quando nós mulheres percebemos nossa marginalização na sociedade, na família, no sindicato e sentimos quando era necessário buscar outra luta”*⁸.

Uma das principais demandas das mulheres desses movimentos, nesse período, foi o seu reconhecimento político como trabalhadoras rurais, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que estes constituíam as principais estruturas organizacionais no meio rural. Tendo o reconhecimento do seu estatuto profissional, as mulheres rurais poderiam ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, principalmente a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga, e aposentadoria (DEERE, 2004).

Uma das primeiras ações do MMTCC foi realizar, ainda no ano de 1988, uma pesquisa nas comunidades⁹, para saber qual era situação de envolvimento de mulheres em organizações civis e quais os obstáculos à cidadania da mulher. A Comissão Pastoral da terra, em conjunto com as mulheres das comunidades preparou uma ficha diagnóstica para ser preenchida pelas mulheres das comunidades. A ficha foi nomeada de “Levantamento dos dados do movimento de mulheres”¹⁰; nela havia três questões a serem

respondidas, além dos dados gerais de cada mulher. A ficha foi preenchida por cerca de 240 mulheres das localidades.

Um dos resultados obtidos salientam os lugares de participação das mulheres naquela região. 61,7% das mulheres participavam ativamente na vida comunitária, porém, apenas 04, entre 10 mulheres, participavam de associações e uma minoria; 2,6%, fazia parte de associações de trabalhadores rurais, apesar de um número bem maior, 19,7%, ser sócia dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (CPT, 2000)¹¹. Realidade que justificou, mais ainda, a criação de um movimento específico de mulheres na região.

No Movimento de mulheres, o processo de formação se deu em algumas etapas. Na primeira reunião, os componentes as CPT fizeram uma espécie de mapeamento de mulheres que tinham certo nível de criticidade, ou sabiam ler e escrever, e as convidaram para atuar nos polos do interior e coordenar as reuniões e encontros de formação. Segundo documentos da CPT, as primeiras coordenadoras foram Jerônima dos Reis, Lucimar do Socorro Santos Correa, Terezinha Borges da Silva, Anastácia Cabral Maciel, Arael Cordeiro Lima, Maurina Lima Correa e Gaída Silva, elas ficaram responsáveis para criar grupos células do movimento (Estatuto MMTCC, 1989).

⁸Depoimento de Antonina Borges, julho de 2015.

⁹Arquivo da CPT/GUAJARINA DE 1989.

¹⁰Arquivo CPT/Guajarina- Ananindeua-Pa. Ficha disponibiliza para a autora em agosto de 2015. A ficha foi aplicada em todas as comunidades onde havia mulheres militando no MMTCC. (Cravo,

Santo Antônio, Dona, Campo Verde, Ipanema, Timboteua Cravo, Foz do Cravo, Curuperé dentre outros).

¹¹ Idem.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

A metodologia usada pelo movimento para ter uma melhor organização, foi agrupar em áreas, ou seja, segundo o relatório da CPT (2002), uma quantidade de grupos localizados próximos formaria uma área de atuação do Movimento. Assim, teria uma maior abrangência de ação, bem como maior compreensão dos diferentes problemas enfrentados pelas mulheres em cada região e localidade distinta.

Foram criados grupos células do MMTCC em várias localidades. No município de Bujaru foi formado cerca de vinte e cinco, no atual município de Concórdia do Pará, nove grupos. Nas localidades também era designado uma coordenadora, que seria responsável para organizar as mulheres quando houvesse os eventos maiores como seminários, congresso, encontros em outros municípios.

De acordo com os dados coletados em campo, notamos que a eleição da coordenação geral tem se concentrado na cidade de Bujaru. Enquanto, que as coordenadoras de áreas, podiam se revezar entre as comunidades que formam parte de determinadas localidades. A coordenação de cada Grupo de Mulheres era escolhida na própria comunidade, mas a coordenação geral, sempre se encontrava na cidade. Segundo a senhora a senhora Helena Silva, maioria das coordenadoras atuava como profissionais vinculadas ao serviço público municipal, o que as colocava frente a negociações, junto aos órgãos públicos, para conseguir recursos ou afastamento

das funções que exerciam para que pudessem se dedicar exclusivamente ao Movimento.

Couto (2002) observa que “se por um lado, as CEBs ou pastorais católicas como a CPT, enfatizavam a promoção de uma “consciência” de classe nas mulheres, por outro, uma consciência de gênero é relegada a um segundo plano” (COUTO, 2002, p. 362). Nesse sentido, para a Comissão Pastoral da Terra, não era preocupação promover a emergência entre as mulheres, de uma agenda feminista (COUTO, 2002, p. 362), pelo contrário os papéis, os valores são continuamente reforçados. Entretanto, a vivência experimentada na participação coletiva e em rede, com acesso a informações e a ampliação de suas visões sobre política, sociedade, desigualdade e direitos, as mulheres do MMTCC, direcionaram também suas lutas para quebrar os laços reguladores das relações de gênero.

Para as mulheres entrevistadas é através da informação no MMTCC, que elas reconhecem seus direitos entendendo que homens e mulheres têm iguais. Através desse entendimento puderam concretizar suas conquistas efetivando suas participações nas localidades e muitas chegaram ser vista e ouvidas como lideranças importantes¹².

A formação das mulheres para atuarem no MMTCC, era feita de várias formas, em seminários, congressos encontros locais e

¹² No campo, o feminismo não encontrou ressonância, ao passo que, com as premissas da Teologia da Libertação, a Igreja Popular mobilizou um grande contingente de pequenos agricultores no contexto de maiores transformações no campo, e as mulheres inseriram-se nessas mobilizações (SCHAAF, 2003, p. 414).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

regionais, curso de formação de liderança onde se realizava estudos direcionados a ação de movimentos sociais. A forma de atuação do MMTCC pode revelar a atuação das mulheres, no âmbito do planejamento de formação das mulheres.

Mulheres em Movimento: Formação em Congressos e encontros.

Fizemos como uma rede né, puxando os fios de cada mulher. É uma rede do movimento que foi tecida que cada pessoa é como se fosse um fio ali dentro (...). Na verdade assim, reconstituindo um movimento de mulheres¹³.

A fala da entrevistada Ana Lucia da Conceição, abre um caminho importante para discutirmos o percurso construído no processo de fortalecimento do movimento. Leva-nos a compreender que as dimensões individuais, da subjetividade, da construção do movimento estão relacionadas com as dinâmicas estruturais da organização dos movimentos naquilo que ela chamou de “rede de movimento”. Os fios da trama são, nesse sentido, as trajetórias das mulheres trabalhadoras rurais quilombolas que fazem existir uma rede, um movimento que tem uma história que precisa ser reconstituída. E a tarefa aqui oferecida é, então, puxar os fios, tecer uma história, reconstituir memórias e trajetórias, mesmo não tendo participado diretamente dessa

construção. E assim, trazer à tona os mecanismos de ações do MMTCC para reunir as mulheres na luta por um objetivo comum.

Dessa forma, em 1990, foi realizado na cidade de Bujaru o I CONGRESSO DO MMTCC, nele ficaram definidas as diretrizes do Movimento, as estratégias de ações, sempre considerando que a maioria das mulheres pertencia, segundo o relatório da CPT (s/d), a uma classe trabalhadora oprimida, acreditavam de verdade que as mulheres deviam ter importância na sociedade, (CPT/ 1990). Nesse primeiro congresso, definiram que a formação política, se daria nos encontros locais, onde discutiriam as necessidades mais internas, posteriormente nos congressos regionais, nos quais eram socializadas todas as demandas locais. Ainda nesse I Congresso, foram definidos os objetivos que norteariam a vida do movimento dentre os quais, o principal era a libertação das mulheres e a luta por cidadania¹⁴.

O II Congresso do MMTCC ocorreu em Concórdia do Pará, entre os dias 08 e 10 de agosto de 1996, na escola Estadual Amábilio Alves Pereira, com tema *mulheres unidas em busca de libertação*¹⁵. Organizado por uma comissão provisória de mulheres, a comissão contou com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Nesse Congresso, a pauta dizia respeito a questões organizacionais,

¹³Ana Lucia da Conceição, ex-diretora do Conselho Municipal de Mulheres de Concórdia do Pará e militante do MMTCC.

¹⁴ Ver folder do Movimento. Disponível em Arquivo particular da CPT/Guarina.

¹⁵ Folder do congresso, 1996..



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

tais como: criar o núcleo do movimento na cidade, o batismo simbólico do movimento, discussão e aprovação do estatuto, escolha da bandeira de luta, eleição da coordenação e uma “radiografia” do perfil das mulheres do Movimento. Este perfil foi realizado através do preenchimento de uma ficha de filiação. O preenchimento da ficha servia para saber o nível de engajamento das mulheres no MMTCC e em quais outros espaços de discussão, estas também faziam parte. No relatório¹⁶ da CPT, os dados oferecem um perfil social das mulheres no movimento.

O relatório demonstra uma representação geral das mulheres do MMTCC, referente aos seus engajamentos sociais, nível escolar e atividades que exercem. É significativo notar que, a relação com a Igreja é bem forte, a maioria das mulheres fizeram ou fazem parte das CEBs. A partir dos dados do relatório, notamos a forte interação da igreja católica com os povoados locais, apresentado por meio das Comunidades Eclesiais de Base, cujo processo de sua fundação, data dos anos 1960 (SANTOS 2006). Com a forte influência das CEBs na organização desses povoados, podemos abrir uma possibilidade de responder o porquê da maior participação das mulheres do espaço rural no MMTCC em relação à cidade.

Outro dado importante é a heterogeneidade do movimento. Este é formado

por mulheres de diferentes espaços, profissão, estado civil e escolaridade, o que permite compreender sua dinâmica de atuação, na tentativa de abranger a maior quantidade de mulheres possíveis. Embora, segundo Antonina Borges: “As mulheres da cidade não participavam, eram poucas, poucas. Só queriam o benefício quando a gente conseguia, mas não ir pra luta”¹⁷.

As diretrizes do movimento eram sempre retomadas a cada Congresso do MMTCC, momentos em que se encaminhavam as ações e reivindicações conduzidas ao longo dos próximos anos. Segundo esses encaminhamentos, em 1998, foi realizado o *Encontro de articulação das mulheres da Guajarina em Mojú/PA*¹⁸. O encontro contou com o apoio de Sindicato de Trabalhadores local e CPT, nele, foram tiradas diretrizes para o *I Congresso das mulheres da região da Guajarina*, que ocorria em 1999 em Abaetetuba/PA, entre os dias 11 e 14 de novembro.

O Congresso contou com a presença dos movimentos de várias cidades, tais como: Movimentos de Mulheres Autônomas Lutadoras do campo e da cidade de Tailândia (MAMLCCT), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Mojuense (MMTM), Ala Feminina do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba, Associação de Mulheres de Barcarena, Ala feminina do Sindicato de

¹⁶ Relatório do I congresso do MMTCC em Concórdia do Pará, 1996.

¹⁷ Maria Felipa, entrevista, junho de 2015.

¹⁸ Arquivo CPT/Guajarina 1998/1999.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Trabalhadores de Barcarena, Movimento de Mulheres transformadoras do campo e da cidade de Bujaru (MMTCC), Movimento de mulheres Organizadas de Concórdia do Pará (MMOCP), Movimento de Mulheres do campo e da cidade de Acará (MMCCA) e a participação de representantes do Município de Tomé-açu. Colaboram como assessoria no Congresso a CPT, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará e a Secretaria da Mulher da Federação de Trabalhadoras Rurais (FETAGRI) ¹⁹.

É importante ressaltar que as ações de luta do MMTCC, não estavam desconectadas dos movimentos feministas mais amplos. Alguns dos temas problemas tidos como pauta dos encontros, versavam explicitamente as teorias insurgidas pelo feminismo ocidental das décadas de 1980 e 1990. Períodos em que o discurso feminista se abria, então, para um debate político sobre o corpo, raça, racismo dentre outros, afirmando as diferenças, reivindicar seus direitos, praticar sua liberdade e se insurgir incansavelmente contra o controle social ao qual era submetido. No livro ²⁰ construído pelo MMTCC tem algumas passagens sobre as questões levantadas nas formações:

Qual organização é boa?
Como reconhecemos que uma organização coletiva é boa?
Quais as organizações dos pequenos de trabalhadoras que existem em Bujaru e Concórdia do Pará?

O que podemos fazer para que mais pessoas se engajem nas organizações populares?

Embora, as informações sejam convergentes para o surgimento do Movimento das Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade, nos finais dos anos 1960, ficam sempre lacunas a serem preenchidas sobre essa história. Visto que, as mobilizações ficaram mais evidentes na década de 1980/90. Dessa forma, temos no estatuto de formação do movimento a data de 1968, no entanto, os inícios das mobilizações como Congressos, aparecem somente a partir de 1980 em diante.

É, portanto, na luta nos movimentos como os que eclodiram nos anos 1980, que muitas mulheres se destacaram para além das paredes seus lares, reclamado por seus direitos nos espaços políticos. O MMTCC, nesse sentido deve ser percebido como um elemento aglutinador, visto que este mobiliza uma quantidade significativa de mulheres na busca por visibilidade e direitos sociais. O movimento traz imbricações de identidade e gênero e se mostra interessante à medida que encontramos elos com o movimento passado, que se renova na atualidade, alcançando outras lutas, como a luta por titulação coletiva do território onde vivem e a positivação da identidade étnica.

Segundo Costa (2006), a experiência das mulheres do campo e da cidade, dos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará, tem se mostrado objetivas na busca por cidadania. Nesse sentido,

¹⁹ CPT, 1999.

²⁰ Cartilha, “Na leitura da vida e no resgate da esperança”, construída pelo MMTCC e CPT Guajarina.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

de modo geral, o MMTCC, merece destaque, pois, em 2015 faz quatro décadas que reúne mulheres de vários povoados rurais nos dois municípios (Concórdia e Bujaru) e já conquistaram direitos sociais importantes, como a sindicalização, e a participação efetiva nas decisões políticas da comunidade e na conquista da coletivização e titularização de suas terras como remanescente de quilombolas.

Contudo, o movimento se fragmentou, muitas mulheres se afastaram especialmente as urbanas, estas formaram laços com a política partidária, acabaram por criar uma situação de “enfraquecimento” para o MMTCC, pois, os partidos cooptaram algumas das lideranças urbanas, causando mal-estar nas relações entre campo e cidade.²¹ Porém, nos espaços rurais muitas mulheres continuam suas místicas, assumindo novos contornos de luta e resistência, com demandas antigas e novas como no caso da luta por titulação coletiva das terras quilombolas, e o acionamento de políticas públicas para estas áreas.

Essas conquistas revelam a atuação dessas mulheres, nos espaços de poder e decisão, suas ações se direcionam para um coletivo maior na região. Portanto, a identidade que as mulheres afirmam, não é somente a rejeição da dominação social, ela é, sobretudo, a afirmação da experiência vivida da própria subjetividade que emergiu e, conseqüentemente, a confirmação da

²¹O início da construção do MMTCCB se deu com mulheres tanto do espaço rural quanto do núcleo urbano de Bujaru.

capacidade de pensar, de agir (TOURAINÉ, 2010). As mulheres não esperam inertes pelos benefícios que almejam e, ainda por cima, sabendo que a sua voz seria emudecida, silenciada pelo fato de serem mulheres, elas acionam os meios para serem as donas do poder²² e ultrapassar os limites da invisibilidade historicamente construída sob seus papéis.

Logo, concordamos com Touraine (2010, p.45) quando este afirma que “é para elas mesmas que as mulheres se voltam e, se elas agem, é antes de tudo porque querem afirmar-se como sujeitos livres e responsáveis e não como produtos do poder masculino”. Elas passam da consciência de objetos à consciência de sujeitos, em um processo de construção de si que implica se reconhecer²³. Como podemos observar na chamada do folder²⁴ o 1º congresso de mulheres do Bujaru e concórdia do Pará: Mulheres em busca de seus direitos: Mostrando com capacidade que tem outras lutas além do fogão.

A luta pelo processo de construção de si não deixa de ter o seu caráter político e, portanto, situada em um “campo político”. Para tal, devemos visualizar o campo político ao mesmo tempo “como campo de forças e como campo das lutas que têm vista a transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura

²²As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Ana Alice Alcântara Costa. - Salvador: NEIM/UFBA Assembleia Legislativa da Bahia. 1998

²³Deixa-se de ser, nos dizeres de Touraine (2010), uma “mulher-para-o-outro” para se tornar uma “mulher-para-ela-mesma”.

²⁴ Folder do 1º congresso de mulheres, arquivo CPT/Guajarina, Ananindeua/PA.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

em dado momento” (BOURDIEU, 2004, p. 164). Esse campo de forças, muitas vezes invisível, é também discutido pelo MMTCC, com vistas a chamar a atenção dos seus companheiros sobre sua importância político-social. Podemos observar essa luta na chamada do folder do II encontro de mulheres de Concórdia e região.

Sou mulher,
Sou capaz de amar
Sou duas, sou três, sou muitas.
Também tenho o direito de sonhar.
Sendo eu trabalhadora rural,
Sei cuidar da terra, dos filhos,
do fogão, do quintal.
Sou mulher, sou bem brasileira.
Sou também da América Latina,
Estou aqui para lutar pelo que é meu por direito,
Igualdade, liberdade e respeito.
Sou mulher, mãe, avó e menina, sou irmã, amiga e companheira.
Quero ocupar meu lugar,
Companheiro, nós temos cabeça e coração.
Se podemos gerar uma vida!
Somos capazes de nos juntar a vocês e libertar nossa nação²⁵.

Conclusão

As histórias das mulheres do MMTCC nos permitem reconstruir alguns dos limites e rupturas no tempo histórico e sua formação em enquanto sujeitos sociais ativos, que envolve suas ações dentro de vários espaços, sejam no movimento somente de mulheres ou movimento

²⁵ Folder do II congresso do MMCCCT e MMCCA “Mulher e cidadania”. Arquivo CPT/Guajarina, Ananindeua/PA, 1998.

quilombola, associações, igreja e na própria comunidade. Seus relatos transpõem espaços e tempos e revelam uma realidade multifacetada que ultrapassam as velhas dicotomias, público privado, apontam para o amadurecimento desses sujeitos nas atuações político-social de suas localidades.

Logo, um olhar sobre o movimento MMTCC de um modo geral nos faz ver que houve transformações tanto na sua forma organizativa como no seu aparecimento público. Vários movimentos, representando identidades sociais e políticas diversas, emergiram no espaço público, através de ações e mobilizações que, ao se fazerem crescentes, deram visibilidade às mulheres rurais. Uma dessas ações, o MMTCC, propõe, mediante suas reivindicações, mudanças que podem ser entendidas tanto como econômico-estruturais quanto simbólico-culturais, ao apresentar demandas que incluem tanto o reconhecimento cultural, o reconhecimento da diferença, quanto a redistribuição econômica e territorial.

Referências

- AGUIAR, V. V. P. **Somos todas margaridas:** um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da Floresta como sujeito político. Tese Doutorado – UNICAMP, 2015.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias.** In: O'DWEYR, Eliane Cantarino (Org). *Quilombos: identidade*



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: 2ª ed. Bertrand Brasil, 2004.

CAPPELLIN, P. G. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, E. M. et al. **Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicalismo**. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. São Paulo: CUT, 1990.

CINTRÃO, Rosângela. **Políticas agrárias, agrícolas e comerciais e seu reatamento sobre a agricultura familiar no contexto nordestino**. Relatório de Pesquisa – Convênio CPDA/UFRRJ-Redes-Intermón-Oxfam Oxfam GB-Novib. (CD Room) 2006.

COSTA, Alcântara Alice Ana. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política**. Artigo site WWW.vsite.unb.br/ih/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.Acesso em 18/08/2015.

COSTA, Rita de Cássia Pereira da, “**Como uma Comunidade**”: formas associativas em Santo Antônio /PA – imbricações entre parentesco, gênero e identidade. (Dissertação de Mestrado Antropologia) UFPA Belém, 2006.

COUTO, Marcia Thereza. **Na trilha do gênero pentecostalismo e CEBs**. Revista Estudos Feministas, jul. – dis. Ano/vol. 10, n. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil, 2002, p. 357-369.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MARQUES, Gabriela Miranda. (2007). **Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de base: relatos dos tempos da abertura**. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Gabriela%20marques.pdf>.

MEDEIROS, L. “Sem terra”, “assentada”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en América Latina**. Buenos Aires: Eudela/Clacso, 2001.

SANTANA, Rosinete Marcos. **Os Caminhos da Regularização Fundiária em Concórdia do Pará**. São Paulo, 2010. (Dissertação de mestrado).

SCHAAF, A. V. D. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2003.

PERROT, Michelle. **Os excluídos: Operários, mulheres e prisioneiros**, Rio Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Estudos femininos. Florianópolis, 2007.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.